

GESTÃO E TRABALHO DOCENTE: OS EFEITOS DO PROJETO SOMAR

IRACEMA CAMPOS CUSATI

Doutora em Educação; professora permanente do PPGFPPPI-UPE e do EDUMATEC-UFPE. iracema.cusati@upe.br

NEIDE ELISA PORTES DOS SANTOS

Doutora em Educação; professora da FAE/UEMG. neidepsantos74@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Minas Gerais vem desde os anos 1990, implementando reformas educacionais articuladas às reformas de Estado. De um modo geral, mesmo não tendo como foco específico a educação, as reformas de Estado, acabam por promover mudanças significativas no setor. Um exemplo elucidativo desse processo, foi a chamada política do Choque de Gestão e acordo de resultados que afetou sobremaneira tanto a educação básica, quanto a superior. Nesse processo, para a educação superior, foram adotadas medidas voltadas a avaliação de desempenho de professores baseada em resultados não apenas individual, como das instituições, sendo que os resultados dessas últimas seriam medidos pela economia de insumos básicos como: água, luz, telefone, além de corte de pessoal. (SANTOS, 2014; SANTOS & VIEIRA, 2015)

Seguindo essa tendência de reformas, há, atualmente, no campo das proposições, um projeto, que, denominado Somar, visa, através de uma gestão compartilhada com as chamadas Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, à implementação da reforma do ensino médio mineiro para fazer face à Lei Federal 13415/2017. Cabe ressaltar que o mencionado projeto será desenvolvido inicialmente como piloto (em três escolas escolhidas pelo governo).

Os objetivos declarados das mencionadas ações passam pela melhoria da qualidade do ensino médio traduzida em indicadores de avaliação; redução dos índices de evasão e a transformação dessa etapa de ensino mais atrativa aos estudantes.

A reforma do ensino médio proposta coloca ênfase na melhoria dos resultados educacionais apresentados pelos estudantes. Nesse sentido, cabe problematizar o caráter e os desdobramentos desse cenário cuja a regulação educativa baseia-se em resultados. Esta forma de regulação e seus efeitos vêm sendo discutidos por autores como Augusto (2012) na educação básica; na educação superior, por Santos (2014) e Santos & Vieira (2015).

Destarte, o presente trabalho objetiva apresentar os resultados parciais de uma pesquisa cujo o objeto de estudo é a regulação educativa delineada pelo projeto Somar.

2. OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação cujo o objetivo é analisar o processo de implementação do Projeto Somar na Rede Pública Estadual de Minas Gerais é de

cunho qualitativo, abrangendo pesquisas exploratória de campo; bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos específicos, elegem-se: identificar os pressupostos norteadores do projeto Somar; analisar como se estrutura o trabalho do gestor escolar a partir da sua implementação e identificar seus efeitos na organização do trabalho escolar.

Os sujeitos da pesquisa serão gestores educacionais vinculados às referidas organizações e os gestores e docentes das instituições que serão objeto do projeto – três escolas ao todo – selecionadas pelo governo para o desenvolvimento da experiência como piloto.

3. RESULTADOS PARCIAIS

Do ponto de vista geral, a regulação educativa desenhada pelo projeto parece guardar uma convergência com os aspectos apresentados por Barroso (2006) referentes ao papel do Estado no contexto português – de avaliador. No caso de Minas Gerais, pois estão previstas ações de monitoramento partindo de dois conceitos-chave: eficácia e efetividade. A primeira se refere a ação de acompanhamento semestral da carga horária cumprida; percentual de estudantes que realizaram as avaliações internas e externas (SAEBE e PROEB). Seguindo a tendência de ênfase nos resultados, a noção de efetividade aparece vinculada a indicadores de qualidade referenciados nos resultados apresentados pelos alunos nas avaliações acima citadas. Serão considerados com maior ênfase os resultados de desempenho em língua portuguesa e matemática; as taxas de aprovação; reprovação; abandono e satisfação da comunidade. Tais noções evidenciam a centralidade dos resultados na regulação da política

A partir da análise dos documentos norteadores do projeto, bem como da literatura que vem se debruçando sobre o processo de implementação do novo ensino médio Ferretti (2018); Kuenzer (2017), por exemplo, é possível se identificar elementos que convergem para a centralidade na melhoria dos resultados e indicadores educacionais com o foco na responsabilização de docentes e gestores.

Sob o argumento de melhorar a qualidade, o estado transfere recursos públicos para a iniciativa privada, assumindo o seu papel de Estado regulador e avaliador que irá monitorar os indicadores do ensino à distância, via inspeção escolar.

O governo mineiro reproduz a tendência criticada por Ferretti (2018) e Kuenzer (2017) de reduzir os problemas de abandono a questões de atratividade que podem vir supostamente a serem equacionadas por

um currículo flexível, desconsiderando totalmente os problemas das desigualdades sociais e a realidade da classe trabalhadora – jovens que evadem da escola por não conseguirem conciliar trabalho e estudo. A flexibilidade do processo de ensino e aprendizagem materializada pela proposta de um currículo flexível; a flexibilização dos processos de gestão combinado com a rigidez da avaliação e a flexibilidade de contratos – transferindo a gestão de pessoas para as OSC são questões sinalizadas num processo que está apenas se delineando – anunciado nos editais de chamada pública para a propalada parceria de gestão compartilhada – compartilhada não com a comunidade, mas com a iniciativa privada.

Palavras-chave: Ensino médio; Regulação; Trabalho docente

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, M. H. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 695-709, jul./set., 2012.

BARROSO, João. (org.). **A regulação das políticas públicas de educação:** espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: EDUCA / Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006, 262 p.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, 2018, vol.32, n.93, p. 25-42. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>.

KUENZER, A. Z. Trabalho e Escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38 nº. 139, p. .331-354, abr.-jun., 2017

SANTOS, N. E. P. dos. **Gestão e Trabalho na Universidade:** as recentes reformas do Estado e da Educação Superior e seus efeitos no trabalho docente na UEMG. 2014. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, N. E. P. dos; VIEIRA, L. F. A (re) configuração do trabalho docente na Universidade do Estado de Minas Gerais frente às reformas de Estado e da Educação dos anos 2000. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 409-424, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosem-fronteiras.org/vol15iss2articles/santos-vieira.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.